

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº 27/13”

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO Nº 94 – out/2013

SUMÁRIO

- Os contratos administrativos e a arbitragem – *Luciano Benetti Timm e Thiago Tavares da Silva*
- O alcance da arbitragem nos contratos administrativos de concessão de serviço público – *Elisson Pereira da Costa*
- A arbitragem nos contratos administrativos – *Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz*
- A ausência de previsão de arbitragem no edital de licitação. Nulidade da sentença arbitral proferida por dois árbitros. Ausência de cláusula compromissória. Arbitragem em contratos administrativos - *Ana Gerdau de Borja*
- Panorâmica dos aspectos vetoriais e polêmicos do RDC – *Alécia Paolucci Nogueira Bicalho*
- A aposentadoria especial para membros do Magistério – *Gina Copola*
- Abono permanência do servidor público – *Marcelo Roque Anderson Maciel Ávila*
- Avaliação de artigo 24 do Decreto nº 7.892/2013, que regulamentou o sistema de registro de preços no âmbito da Administração Federal – *Sidney Bittencourt*

REVISTA FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA Nº 141 – set/2013

SUMÁRIO

- Contratação de serviços de supervisão e fiscalização de obras com eficiência e celeridade – *Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior*
- Regimes de execução indireta de obras e serviços de engenharia no RDC – o “Padrão FIFA” é legítimo? - *Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti*
- Análise comparativa entre elementos do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) – *Jônathas Assunção Salvador Nery de Castro, Natália Resende Andrade*
- A fase interna da licitação – distinções entre Projeto Básico e Termo de Referência – *Tatiana Martins da Costa Camarão, Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel*
- Empresas do mesmo grupo econômico, ou pertencentes a parentes entre si, podem disputar a mesma licitação – *Ivan Barbosa Rigolin*

- Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 43) – *Antônio Flávio de Oliveira*

- REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL A&C Nº 53 – jul-set/2013
SUMÁRIO

- Autonomía e intervención en la vida privada en la Constitución uruguaya – dilema falso o verdadero? – *Juan Pablo Cajarville Peluffo*

- El control de la corrupción en el Derecho Comparado – los casos de Argentina, Brasil y España – *Alfonso Buteler*

- La responsabilidad internacional del Estado por omisión em materia de Derechos Humanos – *Juan M. González Moras*

- Os bens jurídicos tutelados na Lei de Improbidade Administrativa e o dever de correspondência dos agentes públicos em face das responsabilidades jurídicas consecutórias – *Rogério Gesta Leal*

- A atividade administrativa de fomento na gestão integrada de resíduos sólidos em perspectiva com o desenvolvimento sustentável – *Augusto César Leite de Resende, Emerson Gabardo*

- A noção constitucional de desenvolvimento para além do viés econômico – reflexos sobre algumas tendências do Direito Público brasileiro – *Daniel Wunder Hachem*

- A retratação do veto do chefe do Poder Executivo – *Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz*

- O direito coletivo de acesso à informação pública – um estudo comparado entre a legislação brasileira e a colombiana – *Alexsandro Fonseca Ferreira, Marcelo Rodrigues Mazzei, Zaiden Geraige Neto*

- Liberdade de expressão, Lei de Imprensa e discurso de ódio – da restrição como violação à limitação como proteção – *Indiara Liz Fazolo Pinto*

- Cobrança de tarifa independentemente da conclusão do mecanismo de tratamento do esgoto. Exame dos aspectos de constitucionalidade e legalidade – *Maria Sylvia Zanella de Pietro*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador 20 de novembro de 2013